

ARQUITETURAS DO ESPAÇO PÚBLICO

REGINA HELENA ALVES DA SILVA¹

Os gregos da Antiguidade podiam perceber, com o seu olhar, as complexidades da vida. (...) Aquilo que em tempos fora a vivência do lugar surge agora como operação mental flutuante.

[Richard Sennett, *The conscience of the eye*]

Como pensar uma arquitetura do espaço público? E não cair na tentação de discutir estética das praças, dos parques, das ruas, dos edifícios? Ou, não cair na tentação de discutir desenhos urbanos? Ou na tentação de dizer que “é fascinante *contemplar* a cidade..., *contemplar* o teatro urbano espacializado e temporalizado...”

Essa tem sido uma tentação terrível, a de confundirmos experiência estética com *contemplação* ou fruição da arte. É possível cairmos nesta tentação porque ultimamente temos visto a arquitetura ser confundida com embelezamento, estetização de paisagens, revitalizações, requalificações, reformas.

Mas para, além disto, temos outra tentação: a de confundir experiência estética com experiência social vivida.

Ana Clara Torres diz da necessidade de refletirmos sobre a experiência social vivida, sobre as disputas de sentido da co-presença, sobre a disputa e predomínio do capital simbólico. A partir disto propõe voltarmos a lidar com a noção de cena urbana.

Isso nos leva a pensar em como os habitantes se apropriam dos espaços da cidade em um processo de redefinição dos usos e apropriações do espaço, constituindo uma cena urbana. A partir da configuração de uma “cena urbana”, se constroem representações que dialogam com outras representações e com outras práticas – que são os processos de apropriação do espaço urbano.

¹ Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais, depto de Historia. Dra em Historia Social.

A cena designa conjuntos particulares da atividade social e cultural sem especificar a natureza dos limites que os circunscreve. Se constitui em uma ferramenta analítica que permite o exame da inter-relação entre os atores sociais e os espaços urbanos.

A cena é um convite para traçarmos territórios da cidade de novas maneiras. Ela se constrói a partir do espaço urbano. O conceito de cena permite uma aproximação com Certeau, e seus conceitos de "usos" ou "maneiras de fazer". Essas maneiras configuram “as práticas pelas quais usuários se re-apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”.²

*(...) por combinação, cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos*³.

De natureza mais variável, as cenas não são organizadas por uma essência determinante (classe, gênero, raça), e sim na relação entre suas práticas e representações. Logo, o conceito permite apreender a formação de redes de sociabilidades, delineadas a partir da elaboração de articulações e de reapropriações que se diferenciam das disputas tradicionais pela hegemonia. A utilização do conceito de cena permite escaparmos de uma descrição mais restrita das práticas que podem interferir na forma pela qual as cidades são organizadas, vistas e experienciadas. Afinal, um espaço urbano não é definido simplesmente pela arquitetura, mas também pelas regras, pelas instituições e pelos significados a que ele se encontra associado.

Vivemos em um mundo urbano periférico onde os signos da modernidade rasgam, para além dos seus sentidos econômicos imediatos, o tecido social e as formas históricas de sociabilidade. Hoje em nossas cidades novos objetos urbanos inscrevem-se como ícones da globalização sem necessariamente implicarem na inscrição efetiva de impulsos globais.

Os sentidos de modernidade não são unívocos, apesar do poder do tempo hegemônico na escala-mundo e do projeto de futuro a ele associado. É esta multiplicidade de

²CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p.41

³ CERTEAU, 1995. p. 92

sentidos, correlatos à experiência social que entendemos como fundamento do que chamamos de espaço público.

Atualmente o espaço urbano aparece enquanto lugar público por excelência que comporta toda sorte de atores individuais e coletivos, usos territoriais institucionalizados e cotidianamente configurados, memórias e discursividades diversas, sentidos atribuídos e construídos, experiências e experimentações, apropriações simbólicas e concretas, entre outros. E que, também, simultaneamente, comporta uma rede complexa e intensa de relações sociais – antagônicas, complementares, paralelas, convergentes, simbióticas, parasitas, consensuais, conflitantes; refletindo diferentes padrões de diálogo e negociação.

Observar e percorrer traços dessa rede são uma tentativa de compreender esse lugar como um território conformado dialeticamente por dimensões espaciais e dimensões culturais. Um lugar que transcende sua estrutura física, suportando também um emaranhado de significados em fluxo. Nesse sentido, essa rede configura-se como – mesmo em seus contextos mais simbólicos – um conjunto dinâmico e multiplicador de realidades concretas. São práticas e representações sociais que são (re) significadas à medida que interagem com esses espaços e todas as suas combinações.

Neste processo é fundamental o que chamamos de “experiência de usuário” ou seja, a compreensão do ponto de vista do cidadão e de sua vida cotidiana a partir da diversidade de pessoas que habitam a cidade. Para isso temos que criar novos métodos de observação e representação que captem este ponto de vista e a interação entre pontos de vistas.

Este é nosso desafio atual. Como entender espaço público e a arquitetura do espaço público a partir da interação de pontos de vista.

Mas hoje vemos se apropriar da cena urbana e do espaço público um número cada vez maior de projetos de cenários/paisagens enquadradas, delimitadas, recortadas e pré-definidas. Propostas de um teatro urbano com cenários completos onde aparece como objetivo a busca de novos comportamentos condizentes com estes cenários. Na verdade é a eterna criação de palcos uniformes para a encenação de eventos. Um urbanismo que chamamos de “globalizado” com uma arquitetura banalizada e estandarizada com o uso e abuso de ostentações e singularidades para marcar simbolicamente as zonas de excelência. (Borja, 20 livrinho macba)

Se pensarmos a arquitetura desta forma estaremos colocando-a apenas como parte (embora parte importante) da produção da indústria imaginante nas cidades. Indústria esta que localiza e distribui imaginações, que concentra capital simbólico e capital de visibilidade. Indústria que procura controlar a cena urbana e produz políticas culturais que forçam a seletividade desta cena.

Porque o mundo contemporâneo gerido pelo capitalismo cognitivo traz para o espaço público a disputa e o predomínio de um tipo de capital que se impõe por violência simbólica, por mecanismos de poder, por disputas de sentidos da co-presença.

Na importância da resignificação cultural das cidades dada pelo capitalismo cognitivo os significantes culturais são subsumidos no processo de valorização capitalista não só como objetos de consumo mas também como meios de produção.

A realização do capitalismo cognitivo depende fundamentalmente de suas externalidades positivas e não propriamente de sua capacidade de fabricar bens, de transformar matéria-prima. Estas externalidades positivas são os produtos da vida coletiva como o saber, a vida cotidiana, a confiabilidade, a disposição à cooperação, a capacidade de entendimento. Ou seja, é uma fase do capitalismo que incorpora os bens imateriais produzidos pela coletividade. Assim os bens culturais ou coletivos são transformados em mercadorias e apropriados de maneira capitalista no sentido de produzir um sobrevalor.

Neste contexto as cidades apresentam-se “como lugar de produção de modernidade. A cidade, (...) representa o lugar concreto, o ponto de atuação dos agentes, assim como o sítio onde produzem os valores de uso – como inovação – e os valores de troca – reforçados pelo prestígio – da modernidade, e de onde competirá como cidade no mercado mundial. Daí se chamar city marketing o mecanismo institucional de promoção e venda da cidade como lugar de recepção/irradiação.” (Ana Torres Urbanidade, p.88)

A fórmula atual de superação do que tem sido chamado de crise urbana usada para diferentes inscrições espaciais: turismo + indústrias não poluentes + instituições produtoras de conhecimento técnico e científico + promoção cultural.

Quando essa fórmula se instala ela traz em si os riscos de uma adaptação precária e subalterna a tendências mundiais, principalmente na ausência de um amplo envolvimento da sociedade civil e do poder público na construção de seus rumos.

Processos de revitalização e requalificação dos espaços transformam velozmente usos e apropriações. Não é a toa que hoje a chamada espetacularização da cidade chama para seus cenários o além do patrimônio material o imaterial. A espetacularização cria continuamente novas construções comuns e, simultaneamente, singulariza o que é comum.

Aqui a arquitetura assume o papel de corpo físico concentrador de significados e passa a congregiar sentidos previamente definidos. Estes sentidos se materializam no espaço construído e congelam os tempos nas aparências. A espetacularização transforma a pretensa preservação da “memória”, do patrimônio e da história em protagonista de uma cena urbana onde a memória é transformada em espaço homogêneo. Espaço onde é necessário a continua instalação de cenários e de reconstrução de paisagens simbólicas. E faz isso através de reivindicações de excepcionalidade, autenticidade, particularidade e especialidade. Todas estas reivindicações são resultado de construções e lutas discursivas que se baseiam em fatos materiais. O melhor terreno para se instalar tais reivindicações é no imaterial, ou seja, no campo das práticas culturais e dos artefatos historicamente constituídos. São narrações históricas, interpretações e significados de práticas culturais. O que está em jogo aqui é o poder do capital simbólico coletivo e as marcas especiais de distinção vinculadas a um lugar determinado e que exercem um poder de atração significativo sobre os fluxos de capital.

Mas como nos diz Adrián Gorelik, o espaço público não é um lugar de “satisfação de necessidades”, não é o lugar que converte o cidadão em cliente.

O que ele chama de cidade dos negócios é a transformação de soluções privadas em políticas públicas é a cidade que imagina a dinâmica social e política com uma lógica empresarial.

Na cidade de negócios cada um defende seus próprios interesses, em uma disputa de competências onde o discurso técnico autorizado acaba por se impor aos demais e falar em nome dos mais poderosos e não pelos critérios mais justos ou razoáveis.

Estou aqui defendendo um espaço público que não é um espaço homogêneo, não é o espaço dos iguais mas sim um espaço de igualdade dos diferentes, ou seja, um espaço do conflito.

A espetacularização é a pacificação dos conflitos.

O que se pensava ser um espaço de ações negociadas, onde a discussão se dava entre cidadãos iguais e grupos de interesses em conflito na busca de finalidades comuns rapidamente se mostrou como um neopopulismo de mercado. Uma democracia participativa na qual a livre concorrência dos atores econômicos e sociais deveria fixar as políticas urbanas se transformou na gestão pública atuando como vanguarda dos assuntos privados ao mesmo tempo em que busca legitimar-se na ficção de uma pretensa concertação.

Nesta perspectiva quem controla o espetáculo controla o conteúdo do espaço público.

Então como nos contrapor a isso? Como criar novas formas de não deixar subsumir nossas lutas históricas em um campo de disputas simbólicas do urbanismo corporativo e do higienismo participativo?

Precisamos, mais do que tentar capturar um certo estranhamento dos habitantes para a cidade em transformação, propor a construção de uma modalidade perceptiva para a cidade. Uma coisa é a cidade objetivamente transformada pelo impacto da modernização, outra é a transformação da cidade por meio de certos mecanismos da percepção, da memória da experiência do sujeito.

Estamos, portanto propondo um espaço público com coordenadas espaciais e temporais flutuantes onde o conjunto de sentimentos, percepções, desejos, necessidades construído sobre a base das práticas e atividades desenvolvidas nos espaços cotidianos conformam múltiplos significados de *sentidos de pertencimento*.

Aqui a comunicação não se estabelece em uma experiência urbana dada com sentido prefigurado de passado longínquo e fundador e um futuro determinado e inalcançável. Ao contrário de uma cidade dos projetos de intervenção que prometem um novo espaço que tem uma missão de futuro no mundo urbano capitalista, de uma cidade que tem como expectativa de futuro a necessidade de se internacionalizar para cumprir com determinados preceitos capitalistas de como as cidades devem pensar o “a seguir”, teremos uma cidade do presente, da radicalidade que vem da tensão entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa. Uma cidade de múltiplos espaços e temporalidades, uma cidade não linear, com possibilidades de construtividades relacionais.

Isso se torna possível quando entendemos o espaço como um produto de inter-relações, como a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade sempre em processo.

Espaços possibilitam interação e comunicação entre pessoas que se conhecem e ou não e tem que ser “aberto” porque é o lugar onde “há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação, relações que podem ou não ser realizadas.” (MASSEY, 2008. 32)

Esta noção pressupõe um espaço de relações múltiplas entendidas a partir de uma construtividade relacional: aqui, as relações são compreendidas como práticas encaixadas. Não como práticas que se sobrepõem, dão continuidade ou evoluem no tempo e no espaço. São práticas que se juntam, colidem, organizam, compõem, participam, desviam, enfim são múltiplas possibilidades de conformação de um todo que nunca se completa, que não tem definição de limites, apenas extensões de fronteiras.

Estes espaços urbanos precisam de dispositivos cada vez mais sofisticados e complexos para a construção do que chamamos acima de uma nova modalidade perceptiva.

Estamos propondo pensar em um destes dispositivos, aquele que denominamos de *dispositivos de memória* que são ferramentas que nos ajudam a lembrar. Para tanto, nos apropriamos dos mecanismos de funcionamento da memória humana, que é lacunar, realiza seu trabalho por meio da tentativa de conexão dos fragmentos de tempo nela presentes. Não se trata, portanto, de uma tentativa de fixação da totalidade de uma memória em um suporte físico. O dispositivo de memória que nos interessa é, portanto, aquele que não elimina a atividade daquele que o acessa, mas, pelo contrário, estimula o funcionamento da memória do observador por meio da disponibilização de fragmentos da história da cidade. Cabe ao indivíduo que utiliza nossos mapas complementar o que falta, por meio da atividade de sua própria memória e imaginação. Propomos a partir disto uma cartografia urbana que vai configurar-se através de mecanismos de rememoração coletiva, promovendo desta forma, a narração do espaço urbano.

Segundo Vera Telles,

“A cidade é um campo de praticas, então as evidencias empíricas que indicadores e cartografias nos entregam podem e devem ser entendidos como pontos de cristalização de praticas e processos, como pontos de condensação de tempos sociais e temporalidades urbanas, experiência social sedimentada e historia incorporada (Bourdieu) que será preciso reativar para o deciframento dos sentidos e direções das evoluções recentes, das tensões e fricções que atravessam as realidades urbanas.”

É essa reativação para o deciframento dos sentidos que os dispositivos de memórias podem fazer.

A arquitetura do espaço público pode ser um destes dispositivos. Pode se armar da potência de um dispositivo de memória se buscar conceitos e formas de abordagem que podem dar conta de um espaço sempre em construção, de uma sociabilidade em movimento. Assim experiência urbana pode se dar no trânsito dos sujeitos pelo espaço, e as relações são marcadas por essa transitoriedade. Ao mesmo tempo também é preciso não perder o gesto quase invisível dos sujeitos que inscrevem sua marca simbólica neste espaço em mutação. Colocar este gesto em relevo, tirá-lo da invisibilidade em meio ao excesso de marcas e expressões que povoam o espaço urbano. É importante destacar o gesto de apropriação do espaço pelos indivíduos no cotidiano e neste gesto vislumbrar o germe da participação que constrói e transforma a cidade.

Abrir a possibilidade de se pensar os fenômenos do cotidiano urbano em sua instabilidade e fragmentação, sem, contudo perder de vista sua importância como arranjos de sentidos que, para além da fragmentação, permitem aos homens significar os diversos espaços que compõem a cidade. Estes arranjos integram o conjunto de imagens circulantes sobre a cidade e, portanto, participam da construção das mediações que nos permitem habitar, viver, nos posicionar, reconhecer e sermos reconhecidos na cidade. Assim, a dimensão temporal, ou das múltiplas temporalidades tornou-se fundamental. Os usos do espaço são condicionados pelos ritmos da cidade. Alain Tarrus (2000) fala em ritmos sociais, identificando assim práticas coletivas generalizadas em uma cidade ou específicas de uma parte da população, como expressões justapostas, ocorrendo em tempos diversos em um mesmo espaço. Existem também dimensões espaço-temporais das diversas movimentações dos sujeitos, sejam eles fluxos migratórios sejam eles deslocamentos nas cidades como expressões daquilo que ele chama de territórios circulantes. A noção de territorialidade como processo espaço-temporal possibilita redimensionar fenômenos encarados apenas como fragmentários e inseri-los na dinâmica da cidade.

A partir disto o espaço urbano se constitui em objeto social e os ritmos de vida devem ser analisados em sua dimensão social. O uso compartilhado que sujeitos e grupos fazem do espaço/tempo da cidade não está necessariamente fixado no espaço, embora possa se relacionar com ele de maneira regular. Abordados desta maneira estes usos são movimentos que instituem e apagam sentidos; territorializam e desterritorializam espaços na cidade.

Temos aqui uma distinção entre produção, criação ativa da própria realidade e uma resposta reativa (consumista) a esta. Saímos do discurso de espaço público como lugar da troca simbólica para o espaço da disputa de significantes, disputa simbólica.

Uma possibilidade de criar experimentações que tornem o cotidiano urbano, tido como um lugar da fragmentação e da banalidade, em um espaço da revelação, da crítica e da transformação. Onde esse fazer cotidiano instaure um espaço público que é utilizado de diferentes maneiras ao longo do tempo, que não se caracteriza nem pela estabilidade nem pela continuidade.

Um espaço de negociação, de disputa tanto do ponto de vista material quanto discursivo. Ele é constituído, utilizado e negociado por grupos heterogêneos e públicos parciais. É esse encontro e a negociação contínua de diferentes interesses e concepções de valores, as atribuições de significados – às vezes contraditórios – que constituem o que chamamos de espaços públicos. Neste sentido, a existência de espaço público é também uma característica fundamental e uma condição previa para a urbana.

Em Belo Horizonte o espaço urbano como espaço público tem sido usado com cada vez menos frequência como um espaço de sociabilidade. De um lado, as ruas do centro da cidade (por exemplo) são consideradas na perspectiva da política urbana um lugar de passagem. De um outro lugar, a rua é mais que um espaço de passagem, de deslocamento de um ponto ao outro. Ela é o lugar das negociações diárias por várias coisas e principalmente pelo direito de circular. Na rua são estabelecidos vínculos, que tornam a cidade cada vez mais íntima, este é o espaço do domínio de referências geográficas e sociais, de absorção de um conhecimento específico, uma espécie de “saber de rua”, percepções de corporalidades, gestos, olhares, que criam performances interativas e, portanto, relações sociais das mais diversas (FRANGELLA, 2005).

Partindo desta noção do espaço como multiplicidade (MASSEY, 2008), promover a captura de significados só é possível a partir da compreensão de que o espaço urbano não é mais prioritariamente usado para a circulação e para o deslocamento: existe a possibilidade de transformação de espaços de fluxos em espaço de lugares, os espaços de circulação da cidade se tornam espaços públicos de sociabilidade.

O que estou pretendo falar aqui é que olhar para os processos de significação em curso na cidade, através dos vários mapeamentos, não nos permite falar em uma unidade do espaço. O espaço urbano é fragmentado e múltiplo. No entanto ao percorrer o espaço

torna-se possível enxergar as possibilidades de ligações entre os espaços. As observações das ruas permitem ver nos fragmentos de usos e de significações algumas conexões que aproximam espaços. Isso faz com que se possa enxergar a cidade como um conjunto diferenciado formado por partes homogêneas e diversas.

Pensar a cidade, a partir das múltiplas interações nas/das ruas, nos permite vê-la como algo que é formado por um sistema de encaixes complexos. Ao usar o espaço os indivíduos fazem escolhas, costuram fragmentos. Os lugares resultam de pequenos movimentos de produção de sentido coletivo. Não se pode falar em fronteiras definidas, nem em distinções muito claras entre as diversas áreas, mas ao longo do tempo a cidade vai-se deixando marcar aqui e ali por estes movimentos, tornando disponíveis suas possibilidades de significação. Como se fosse um jogo de peças de encaixes no qual se tem disponíveis uma mistura de espaços, objetos, edifícios e tempos, os lugares suscitam conexões múltiplas.